

**SOCIEDADE CIVIL E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DO DESASTRE
SOCIOAMBIENTAL NO RIO DOCE**

Euzeneia Carlos

UFES

euzeneiacarlos@gmail.com

RESUMO:

O artigo investiga as mudanças na ação coletiva no contexto do desastre socioambiental no rio Doce, provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Brasil, das mineradoras Samarco-Vale-BHP Billiton. Marcado por interações conflitivas entre sociedade civil, Estado e mercado, as mudanças organizacionais na ação coletiva são verificadas em dois aspectos: 1) na emergência de novos ativismos ao longo do tempo, no incremento do associativismo civil, e na criação de novas organizações; 2) em repertórios de confronto caracterizados pela combinação entre ação extrainstitucional (protestos públicos), ação institucional (instituições participativas e ação judicial) e tática multiescalar (nacionalização e internacionalização da causa). Argumenta que as transformações na ação coletiva se vinculam às oportunidades e restrições políticas da conjuntura crítica do desastre, que favorecem a emergência de formas de mobilização e de ativismos na sociedade civil. Mas não somente. Os movimentos sociais e organizações preexistentes desempenharam papel fundamental no surgimento das mobilizações de atingidos, funcionando como incubadoras para o movimento social contencioso ao agir sobre sua formação organizacional e identitária.

Palavras-chave: Sociedade civil; mobilizações sociais; mudança organizacional; conjuntura crítica; rompimento da barragem de Fundão; desastre no rio Doce.

GT – 6: Território e ativismos sociais urbanos

1 INTRODUÇÃO¹

Passados três anos do desastre, ainda não há um diagnóstico completo dos impactos socioeconômicos. Muitas pessoas sequer são reconhecidas como atingidas, o que impede o acesso a qualquer tipo de reparação (Conectas 2018).² Os impactos sociais atingiram sobretudo as populações mais vulneráveis, inviabilizando a subsistência de famílias de ribeirinhos e de pescadores e, em algumas áreas, de comunidades indígenas e quilombolas.³ Os estudos apontam para um processo de mudança social nos municípios afetados, com transformações nos modos de trabalho, na convivência familiar e social e nas formas de organização da vida comunitária (Losekann 2015; Ferreira 2016). Efeitos socioambientais decorrentes do desastre também são apontados, como alterações na percepção dos moradores sobre o ambiente e a emergência da percepção de risco à subsistência e à segurança alimentar (Leonardo et. al. 2017).⁴

Este artigo investiga as mudanças na ação coletiva na conjuntura crítica do desastre no Rio Doce, cujas transformações organizacionais são verificadas em dois aspectos: 1) na emergência de novos ativismos, no incremento do associativismo civil e na criação de novas organizações e; 2) em repertórios de confronto caracterizados pela combinação entre ação extrainstitucional (protestos), ação institucional (instituições participativas e ação judicial) e tática multiescalar (nacionalização e internacionalização). O artigo busca argumentar que o desastre no Rio Doce produziu mudanças na ação coletiva que caracterizam processos de inovação organizacional.

O estudo pressupõe o espaço-tempo do desastre (Valencio 2010) como uma “conjuntura crítica” (*critical juncture*), uma circunstância específica comparada a situação de catástrofe, cuja explicação remete a eventos históricos e progressos (Mahoney e Thelen 2010). A conjuntura crítica consiste numa configuração particular que facilita a ação de agentes capazes de introduzir novas

¹ Este artigo é resultado parcial da pesquisa “Sem o rio e sem o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da Bacia do Rio Doce no Espírito Santo (Chamada CAPES-CNPq-FAPEMIG-FAPES-ANA Nº 06/2016), e da pesquisa “Sociedade civil, Estado e políticas públicas no contexto do desastre no Rio Doce” (Edital FAPES Universal Nº 03/2017). Site: www.comriocommar.com.br

² O desastre foi provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues em Mariana (MG), das empresas mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, provocando o maior desastre socioambiental do Brasil e um dos maiores do mundo, no dia 05 de novembro de 2015, despejando cerca de 50 milhões de m³ de lama nos rios Carmo e Doce.

³ Zhouri (2008) denomina “racismo ambiental” a tendência de intensificação das situações de risco que atingem populações predominantemente negra ou grupos étnicos mais vulneráveis, historicamente marginalizadas.

⁴ Foram atingidos 41 municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo através da poluição hídrica, mortandade de animais e interrupção de abastecimento de água. A lama de rejeitos percorreu a calha do rio Doce até sua foz no Oceano Atlântico, deixando um rastro de destruição nos municípios de Ipatinga, Governador Valadares e Resplendor, em Minas Gerais, e em Baixo Guandú, Colatina, Linhares e São Mateus, no Espírito Santo, tendo a pluma de lama chegado às áreas de Aracruz, Fundão e Serra.

ideias, modelos ou políticas alterando a trajetória das instituições (Mahoney e Thelen 2010, 7). De acordo com a abordagem, situações graves e urgentes, como o desastre socioambiental, impacta na linearidade, normalidade e normatividade das ações do Estado, assim como da sociedade civil, possibilitando a introdução de novas formas de organização social e de ativismo. Trata-se de momentos de disputa contenciosa (*contention*) e de formas disruptivas de mobilização social que facilitam a ação de atores envolvidos no conflito.

Em grande medida, os conflitos se estabelecem em torno do modelo de governança do desastre e suas alterações ao longo do tempo. Com a responsabilização das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton foi celebrado, em março de 2016, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre a União, os governos estaduais de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES) e as empresas envolvidas. O acordo estabeleceu 40 programas de restauração, mitigação e compensação dos danos causados, os quais deveriam ser geridos e executados por uma fundação de caráter privado criada para esta finalidade, denominada Fundação Renova. Foi criado ainda o Comitê Interfederativo (CIF) e suas câmaras técnicas, como instância de validação, monitoramento e fiscalização daquela, formado por representantes do Executivo federal, estaduais e municipais e comitê de bacia (Zorzal, Cayres, Souza 2019). No entanto, o TTAC foi um acordo elaborado sem a participação dos atingidos, sofreu questionamentos de movimentos sociais e organizações civis e não foi assinado pelo Ministério Público Federal (MPF). Neste processo de negociação foi firmado o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), em janeiro de 2017, assinado pelo MPF e as três empresas. Logo depois foi firmado o Termo Aditivo ao TAP incluindo além do MPF e as empresas, o Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) e o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). No Termo Aditivo, a participação dos atingidos nas negociações e as Assessorias Técnicas aos atingidos foram tematizadas. Em junho de 2018, um novo acordo foi assinado entre o MPF, MP-MG e MP-ES, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública de Minas Gerais, Defensoria Pública do Espírito Santo, mais 09 órgãos públicos e as empresas envolvidas – o TAC Governança. Esse TAC alterou o processo de governança do TTAC para definição e execução das diversas ações, programas e projetos de reparação dos danos causados; prevê a criação de estruturas de participação dos atingidos em todas as etapas e fases do TTAC, e a contratação de assessoria técnica para os atingidos; e possibilita o eventual estabelecimento de um novo processo de negociação dos programas já em curso sob responsabilidade da Fundação Renova (Souza e Carlos, 2019). Embora previsto o monitoramento da Fundação Renova pelo CIF e a participação dos atingidos, o desenho institucional do TTAC “concedeu ampla autonomia

decisória e gestora às empresas mineradoras para execução do acordo por meio da Fundação Renova (Zorzal, Cayres e Souza 2019, 14). Ainda hoje, a participação dos atingidos não foi incluída no modelo de governança da Renova e do CIF.

As mudanças organizacionais na ação coletiva de movimentos sociais e organizações civis são desencadeadas nesta conjuntura crítica do desastre, que favorece a apreensão cognitiva das oportunidades políticas para a ação coletiva. Mas também de restrições políticas e institucionais à participação dos atingidos. Tendo em vista a coerção à participação no processo decisório das reparações, através da censura no acesso à informação, o confisco de evidência e a ausência de transparência nas decisões da Fundação Renova, nutrindo a desconfiança e insegurança quanto a garantia dos direitos. Além da manipulação de atingidos por meio do incentivo a negociações individualizadas acerca das compensações, e do não reconhecimento de pessoas atingidas que viviam da economia informal. Ademais, os ativistas, movimentos sociais e lideranças populares atuam na defesa dos direitos dos atingidos num cenário de repressão das empresas mineradoras, caracterizado por intimidação, perseguição, retaliação, ameaças e ação judicial. A mudança na ação coletiva se estabelece nesta conjuntura crítica do desastre – de oportunidades e restrições políticas –, no bojo de relações de conflituosidade entre sociedade civil, Estado e mercado.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa empírica combina métodos qualitativos e quantitativos (*mixed method research*) na investigação de Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais (OSC/MS). Se baseia em duas fontes de dados primários, referente ao período de três anos do desastre (2015 a 2018): (i) *survey* de entrevistas semiestruturadas com 44 ativistas, representantes de 36 OSC/MS dos territórios atingidos no Espírito Santo, selecionados por meio de amostra não aleatória; (ii) documentos coletados nas organizações de movimentos e órgãos públicos, como atas de fóruns da sociedade civil e vídeos das audiências públicas de atingidos com autoridades. As entrevistas com ativistas foram realizadas *in locus*, nos municípios de Colatina (19 entrevistas), Baixo Guandú (7), Linhares (11), Vitória (5) e São Mateus (2). O número de entrevistas se baseou em levantamento prévio das OSC/MS existentes, complementado pela técnica *snow boll*. Foram dezesseis os segmentos entrevistados: associação de pescadores (4), associação de moradores (6), associação de comerciantes (2), associação de artesãos (2), comissão de meio ambiente (2), ONG ambientalista (4), fórum ambientalista (2), fórum de defesa do rio Doce (5), comissão de atingidos (2), comitê de bacia do rio Doce (1), organização religiosa (3), movimento de educação (2),

movimento de saúde (1), movimento dos atingidos por barragens (4), movimento dos pequenos agricultores (1) e, sindicato de trabalhadores rurais (3). O período de aplicação das entrevistas foi de maio a setembro de 2018. As entrevistas e documentos foram processados em bancos de dados, o quantitativo no *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* e o qualitativo no *NVIVO Pro 11*. Na análise, as informações oriundas das diferentes fontes e bancos de dados foram trianguladas a fim de identificar as linhas convergentes de investigação.

3 MUDANÇA ORGANIZACIONAL NA LITERATURA ESPECIALIZADA

Nas teorias explicativas da emergência de movimentos sociais os estudiosos enfatizam o papel do contexto e das oportunidades políticas (McAdam, Tilly e Tarrow 2001). As oportunidades políticas correspondem a mudanças inconstantes que ocorrem no interior da estrutura do Estado e que uma vez percebidos pelos atores coletivos como oportunidades, podem reduzir os custos dos empreendimentos de ações coletivas e criar movimentos, uma vez que são interpretadas como o momento mais propício para uma demonstração pública contra os opositores. De acordo com os analistas, esta percepção também auxilia a desvelar as fraquezas dos opositores, fazendo com que novas oportunidades se abram para desafiantes com menos recursos.

Por outro lado, o estudo do papel das restrições políticas nas ações dos movimentos sociais tem demonstrado que seu efeito pode resultar na expansão da mobilização social e não no seu constrangimento (Goodwin e Jasper 2004). Segundo Abby e Wahlström (2015), a literatura sobre a relação entre repressão e protesto tem encontrado evidências mistas quanto a efetividade da repressão em conter a dissidência doméstica. Isso significa que “a repressão governamental pode ser bem-sucedida ou levar a uma escalada da violência e indignação pública” (Abby e Wahlström 2015, 644). Destarte, não somente as oportunidades, mas as restrições políticas podem ser impulsionadoras da ação coletiva contestatória.

Considerando a conjuntura crítica do desastre – de oportunidades e restrições políticas –, a inovação organizacional pode ocorrer quando movimentos sociais e organizações civis adaptam para propósitos políticos os modelos de organização não politizados existentes (Clemens 2010, 164). Ou seja, o uso não convencional de formas organizacionais conhecidas, o qual pode ter consequências perturbadoras para as instituições políticas. A autora argumenta: “mobilizando múltiplos modelos organizacionais em campos institucionais diversos, os movimentos sociais podem ser fonte de mudança institucional (Clemens 2010, 165).

4 INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL NA SOCIEDADE CIVIL: O CASO DO DESASTRE NO RIO DOCE

Esta seção analisa a mudança na ação coletiva, através da inovação organizacional em movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nos seguintes aspectos: emergência de novos ativismos, incremento do associativismo civil e, criação de novas organizações e formatos organizacionais.

Os ativistas mobilizados

De acordo com a pesquisa de *survey*, os ativistas que atuam em prol dos direitos dos atingidos possuem um perfil predominantemente masculino, adulto e escolarizado. A composição por gênero aponta que 59% são homens e 41% mulheres. Embora a presença de mulheres na posição de liderança esteja presente, a maioria são homens, cuja distribuição ocorre tanto nas associações tradicionais preexistentes quanto nas emergentes após o desastre. A distribuição por faixa etária demonstra um perfil geracional adulto ou acima, com 62% de 50 a 59 anos, 18% de 24 a 39 anos, 11% de 62 a 75 anos de idade. Interessante notar que o ativismo sobre o desastre não é dos mais jovens, mas de adultos, em geral, responsáveis financeiros pela família. A causa em torno da defesa da subsistência e dos modos de vida parece ter impulsionado o ativismo entre os adultos e mais velhos. No nível de escolaridade o padrão é elevado, sendo 55% com ensino superior ou acima, 14% com ensino médio completo e 18% com ensino fundamental (completo ou incompleto).

O perfil político-institucional dos ativistas aponta expressivo capital político-partidário. Dos 44 entrevistados, 43% foi(é) filiado ou simpatizante a partido político; 41% trabalhou em campanha eleitoral para algum candidato; 23% exerceu(e) cargo comissionado no governo municipal ou estadual; 16% foi candidato a cargo eletivo de vereador. Os vínculos com instituições partidárias, eleitorais e burocracias públicas potencialmente amplia a capacitação política dos ativistas, habilitando-os a atuar nas esferas societais e institucionais.

A formação associativa dos ativistas mobilizados no Espírito Santo é identificada através de sua participação em organizações da sociedade civil e movimentos sociais (OSC/MS). Destaca-se a participação dos ativistas em organizações religiosas, movimentos sociais e fóruns da sociedade civil, conforme Tabela 1. Nas organizações religiosas, com 54% de adesão, movimentos sociais, com 51%, e fóruns da sociedade civil, com 46% de participantes. Esses segmentos têm em comum

a pauta de reivindicação abrangente e propositiva acerca do desastre socioambiental que defende os direitos sociais e humanos dos atingidos e a recuperação do Rio Doce.

Tabela 1. Participação em OSC/MS: associativismo dos ativistas nos territórios atingidos

Segmentos	Territórios atingidos	
	Fr	% válido
Organizações religiosas	20	54%
Movimentos sociais	19	51%
Fóruns da sociedade civil	17	46%
Associações de moradores	14	38%
Comissões de atingidos	10	37%
Sindicatos trabalhistas	10	37%
Associações de pescadores	8	22%
Associação comercial	6	16%
Associação esportiva	4	11%
Associação cultural	3	8%
Outros	11	29%
Total (respondentes válidos)	37	-

Fonte: *Survey* de entrevista semiestruturada.

A despeito da preponderância da participação dos ativistas em movimentos e organizações de pauta mais abrangentes, existe uma diversificação no associativismo civil. As organizações se distribuem no associativismo territorial e no corporativo. A ênfase recai sobre o associativismo territorial (associações de moradores, com 38%, e comissões de atingidos, com 37%), seguido pelo corporativo (sindicatos trabalhistas, com 37%, associações de pescadores, com 22%, e associações comerciais, 16%), conforme Tabela 1. A diversificação no associativismo é observada, ainda, pela presença das associações esportivas, culturais e outros. Suas temáticas são diretamente vinculadas aos territórios atingidos, com demandas de subsistência e de reconstrução dos modos de vida. Além das reivindicações de defesa de interesses de categorias profissionais específicas como pescadores, comerciantes, agricultores e artesãos, também ocorrem as vinculadas às práticas de esporte, lazer e cultura, como turismo, surf, pesca esportiva e atividades culturais e folclóricas. Cabe destaque especial ao papel das associações preexistentes de base territorial pela sua função na mobilização dos moradores atingidos e no levantamento de reivindicações em torno dos impactos socioeconômicos do desastre.

A emergência de novos ativistas e novas organizações

A análise do ativismo ao longo do tempo aponta que a conjuntura crítica do desastre impulsionou o surgimento de novos ativistas. Considerando o tempo de participação na OSC/MS, 56% dos ativistas começaram a participar nos últimos três anos, ou seja, após o rompimento da barragem

de Fundão (2015 a 2017). Ao passo que, 18% iniciaram a participação entre 4 a 10 anos atrás, 14% de 12 a 16 anos, e 11% a mais de 20 anos (Tabela 2). Mais da metade dos ativistas é oriundo de um associativismo emergente, forjado na conjuntura crítica do desastre que impulsionou o ativismo civil.

Tabela 2. Tempo de participação dos ativistas na OSC/MS: antes e após o desastre

Período	Tempo de participação na OSC/MS	
	Fr.	% vál.
Pós-desastre (2015-2017)	24	56,0
4 a 10 anos	8	18,5
12 a 16 anos	6	14,0
mais de 20 anos	5	11,5
Não respondeu	1	-
Total válido	43	100,0
Total geral	44	

Fonte: *Survey* de entrevista semiestruturada.

Este incremento no associativismo civil pós-desastre ocorre especialmente nas modalidades emergentes e de maior vínculo associativo, como movimentos sociais, fóruns da sociedade civil e comissões de atingidos, seguido de associações de pesca, associações de moradores e associações de comércio. Por seu turno, nas Igrejas e nos sindicatos observa-se um associativismo mais longo, pois remonta ao período anterior ao desastre.

A emergência de novas organizações e movimentos sociais é o segundo indicador de mudanças na ação coletiva. O surgimento de novas OSC/MS é constatado pelo ano de criação após o rompimento da barragem, comparativamente àquelas formadas anteriormente. A Tabela 3 demonstra que 12 novas organizações civis e movimentos foram criados após o desastre (2015-2017), do conjunto de 36 OSC/MS entrevistadas, representando 34% do percentual válido. Os dados também apontam que 51% das organizações e movimentos preexistentes foram criados até 2010, tendo o restante emergido nos últimos sete anos. O Gráfico 1 enfatiza a tendência ascendente do associativismo civil e a expansão das OSC/MS nos territórios afetados no Espírito Santo, nos municípios de Colatina, Baixo Guandu, Linhares, Vitória e São Mateus.

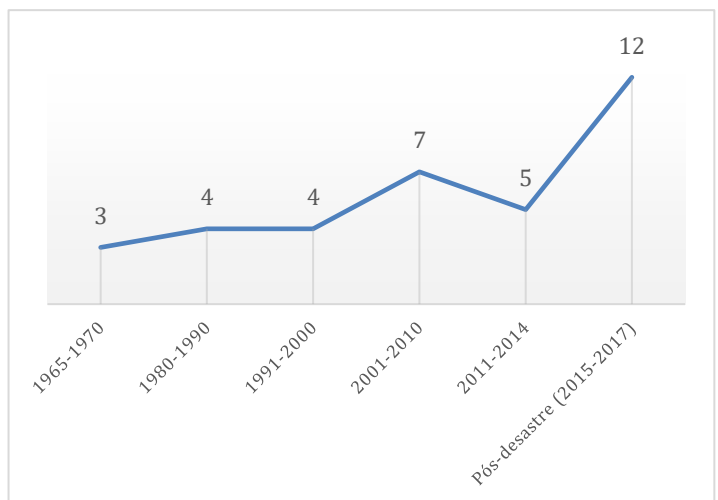
As motivações para criação das OSC/MS tanto emergentes quanto existentes remete a dois elementos centrais: organização da ação coletiva (organização, representação, articulação, gestão e mobilização) e clamores ou bandeiras (reivindicação, problemas sociais, luta pelos direitos, solução de problemas). Especificamente sobre as motivações da criação das novas organizações

sociais e movimentos, os ativistas associam seu surgimento ao desastre no Rio Doce, relacionando a organização da ação coletiva à defesa dos direitos dos atingidos e do meio ambiente. As OSC/MS emergentes no pós-desastre consistem no Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e as comissões de atingidos, o Fórum Capixaba de Defesa do Rio Doce (FCDRD)⁵ e os fóruns locais, além de organizações ambientalistas e organizações de pesca.

Tabela 3 e Gráfico 1. Surgimento das OSC/MS: antes e após o desastre

Período	Criação das OSC/MS		
	Fr.	% vál.	% acum.
1965-1970	3	8,6	-
1980-1990	4	11,4	20,0
1991-2000	4	11,4	31,4
2001-2010	7	20,0	51,4
2011-2014	5	14,3	65,7
Pós-desastre (2015-2017)	12	34,3	100,0
Não respondeu	1	-	-
Total válido	35	100,0	-
Total geral	36	-	-

Fonte: *Survey* de entrevista semiestruturada.



A tradição associativa local de bases territoriais influenciou a estratégia de movimentos sociais, como o MAB, a descentralizar sua estrutura organizacional para os territórios atingidos, criando bases movimentistas nos municípios – as comissões

de atingidos –, territórios reconhecidos pelos moradores como base de organização popular. Os formatos de organização emergentes assim se expandiram para os territórios, obedecendo a tradição do associativismo local.

Esta estratégia de territorialização organizacional também foi operada pelo FCDRD, através da criação dos fóruns locais como o Fórum S.O.S Rio Doce, o Fórum Foz Norte e o Fórum Foz Sul. Esses tendem a reproduzir a lógica de articulação entre diferentes segmentos organizacionais ao aglutinar moradores, pescadores, comerciantes e agricultores em torno da identidade de atingido,

⁵ FCDRD foi criado pelo Movimento Estadual de Direitos Humanos (MNDH-ES), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e Comissão Justiça e Paz (CJP) da Igreja Católica, congregando 72 organizações sociais.

tanto nas comissões de atingidos quanto nos fóruns locais. Em suma, a centralidade das organizações territoriais na vida associativa local conduziu à estratégia de territorialização de movimentos sociais, favorecendo a capilaridade e legitimidade desses últimos, e a propensão dos primeiros a participarem das mobilizações sociais.

A emergência de novas organizações e movimentos sociais no pós-desastre, mesclando-se com as associações previamente existentes, diversificam a composição do associativismo tradicional de bases territoriais e corporativas. Além disso, consequências sobre o padrão organizacional também ocorrem, através de formatos horizontalizados, direção colegiada e descentralização territorial voltada para formação de grupos de base. Este padrão organizacional inovador é exemplificado pela dinâmica de organização dos fóruns da sociedade civil e das comissões de atingidos.

No propósito intencional de organização das bases populares nos territórios atingidos, movimentos sociais como o MAB e o FCDRD, com trajetórias de atuação na formação política de novas coletividades e na articulação de redes de movimentos, assumiram o papel de incubadoras para o movimento social contencioso. Mediante ação coordenada o MAB e o FCDRD desempenharam esta função de incubadoras estimulando e apoiando a formação de grupos, indo além do papel tradicional de aliados, agindo na formação organizacional e identitária de ativistas e organizações nos territórios atingidos. Segundo Houtzager (2004, 166), “as incubadoras de movimentos contenciosos influenciam a formação de atores, em particular de grupos pobres sem recursos e politicamente marginalizados, porque incidem na superação dos obstáculos da ação coletiva.” Diferente dos aliados que se restringem ao apoio aos movimentos existentes, as incubadoras buscam criar e organizar novos movimentos, reconstruindo clivagens políticas e reorientando a contestação política (Carlos, 2019).

5 REPERTÓRIOS E PERFORMANCES

Esta seção discute os repertórios de confronto utilizados pelos ativistas, organizações sociais e movimentos em defesa dos direitos dos atingidos e do meio ambiente afetado, ao longo de três anos pós-desastre socioambiental (2015 a 2018). A análise destaca três repertórios de confronto compostos por múltiplas ações, performances e táticas, a saber: repertório extranstitucional (protestos públicos), repertório institucional (instituições participativas e ação judicial) e repertório

multiescalar (tática de nacionalização e internacionalização).⁶ Contrariando as teorias tradicionais de movimentos sociais que opõem protestos e ação *insider*,⁷ o estudo aponta a combinação entre ação extrainstitucional e institucional no contexto do desastre. Além disso atores coletivos acionam a tática multiescalar, sobretudo em virtude das restrições à participação na arena doméstica.

Dos repertórios e performances desencadeados pós-desastre, o Gráfico 2 ressalta as ações extrainstitucionais. Predomina as manifestações públicas como passeata, caminhada, marcha e ato público, mencionado por 34 ativistas, ou seja, 77% dos entrevistados, seguida por manifestações *on line* (20), barricadas (19), criação de novas organizações (16), abaixo-assinado (7) e ocupação de prédios públicos e privados (6). A categoria residual ‘outros’ também aponta ações extrainstitucionais, como assistência técnica aos atingidos, organização de seminários, educação ambiental nas escolas, manifesto e nota pública. As ações extrainstitucionais perfazem 115 menções, do conjunto de 176 ocorrências, representando 65% dos repertórios. Vide Gráfico 2.

Indubitavelmente, na conjuntura crítica do desastre, as ações extrainstitucionais são predominantes nos repertórios das OSC/MS. Dos protestos públicos, destacam-se as marchas e as barricadas pelo seu caráter de inovação nos repertórios e performances. Anualmente é realizada a passeata “Grito dos Excluídos”, promovida pelo FCDRD e a Arquidiocese da Igreja Católica de Vitória, evento que inseriu o tema do desastre no calendário da Igreja. A cada aniversário do desastre é promovida também a caminhada em Colatina, pela Diocese local, seguida de ato público, lançamento de manifesto e benção do rio. Além do Fórum e da Igreja Católica as manifestações públicas são organizadas pelo MAB, ademais articulam as associações de pescadores, de moradores, comissões de atingidos e movimentos ambientalistas. Nos protestos, ativistas e coletivos performatizam a tragédia ambiental com seus corpos sujos de lama, encenando a morte do rio e dramatizando as redes de pesca vazias.

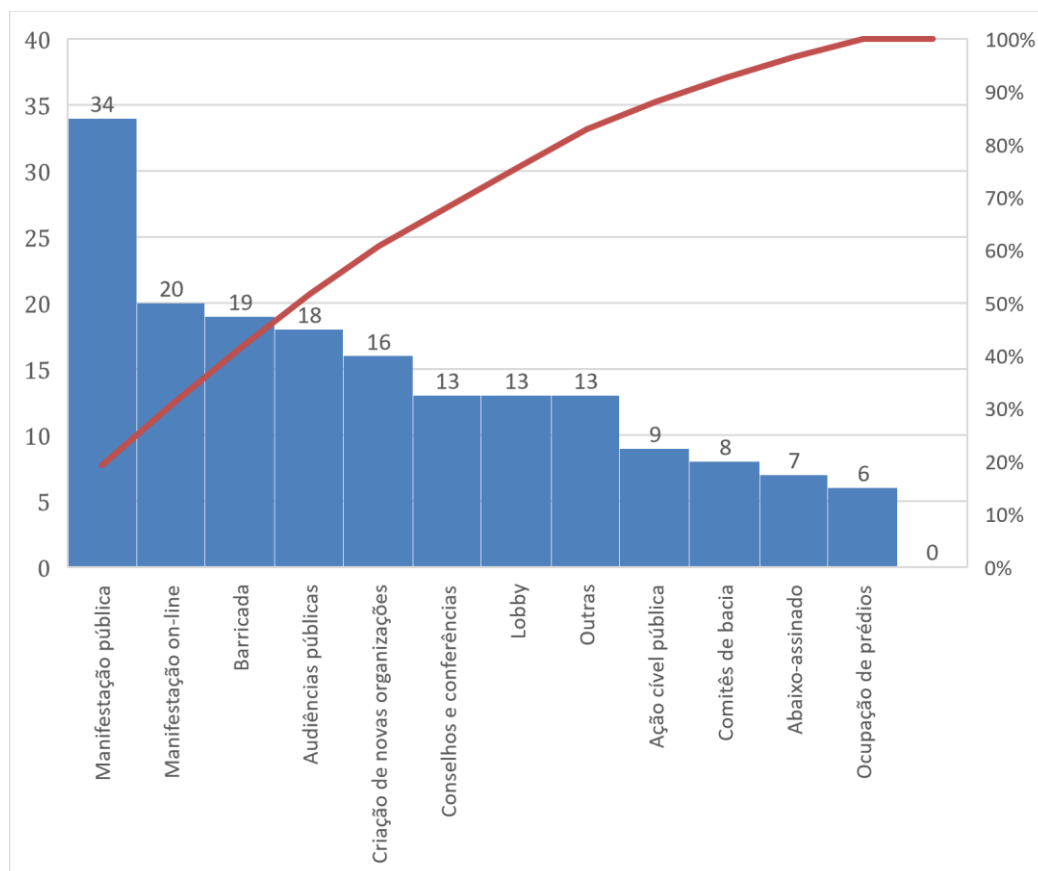
Por sua vez, as barricadas e bloqueios acenam para o apelo público, chamando a atenção para a tragédia e sensibilizando setores da sociedade para a causa. Com forte carga simbólica o bloqueio da ferrovia Vitória-Minas da Vale foi utilizado diversas vezes como estratégia de pressão e abertura das negociações com a empresa, promovidas principalmente por ativistas do MAB, mas também por indígenas. Já as barricadas e bloqueios de ferrovias, rodovias e pontes foram estratégias utilizadas por associações de pescadores, comerciantes e moradores, em geral,

⁶ Repertório é entendido como “conjuntos de performances reivindicatórias, historicamente criada, limitada e familiar, que circunscrevem geralmente as formas pelas quais as pessoas se engajam na política contenciosa” (Tilly 2008, vii).

⁷ Para visão crítica, vide: Banaszak (2010), Carlos (2015), Dowbor (2012), e outros.

reivindicando o reconhecimento de categorias profissionais e moradores como atingidos, como os protestos “somos todos atingidos” e “cartão para todos”. A tática de ocupação de prédios também foi utilizada para pressionar as decisões da empresa e de autoridades públicas, como a ocupação do escritório da Fundação Renova e da Prefeitura de Colatina. Por fim, a tática *sit-in* foi utilizada por ativistas do MAB em reunião do CIF, para pressionar as autoridades governamentais a reconhecerem territórios do litoral do Espírito Santo como atingidos.

Gráfico 3. Repertórios e performances pós-desastre no rio Doce (2015-2018)



Fonte: *Survey* de entrevista semiestruturada. Nota: Pergunta induzida com resposta múltipla.

Embora o repertório extrainstitucional atinja maior visibilidade pública e capacidade de mobilização de atingidos, as ações institucionais também são expressivas. Sobretudo a participação em audiências públicas (18 menções), seguida por participação em conselhos e conferências de políticas públicas, realização de lobby ou pressão sobre políticos em cargos

eletivos, ambos com 13 ocorrências, ação civil pública (9),⁸ e participação em comitês de bacia (8) (Gráfico 2). As audiências públicas assumem relevo porque se tornaram numerosas e foram utilizadas de modo inovador pelos atingidos mobilizados.⁹ Se converteram em esfera pública para vocalização dos atingidos e publicização da causa. Protagonizadas por atingidos, movimentos sociais e associações, as audiências são promovidas pelo legislativo estadual (CIPE-ALES), DPE-ES e MP, em conjunto com o FCDRD e o MAB. No entanto, enquanto arena de interação socioestatal, nas audiências públicas, o direito à fala, ao depoimento-denúncia e à escuta é desacompanhado de obrigatoriedade de posicionamento das autoridades e de decisões vinculantes.

Por fim, a tática multiescalar (Keck e Sicking 1998) de nacionalização e internacionalização da causa é o terceiro repertório de confronto a ser destacado. Em geral é acionada de modo concomitante aos repertórios extrainstitucionais como as marchas, atos públicos e bloqueios, e os institucionais como a audiência pública e ação civil pública. Ocorre através da formalização de denúncias às organizações internacionais de direitos humanos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU). As ações de internacionalização da causa ambiental e humanitária foram forjadas já no mês subsequente ao desastre, em 03 de dezembro 2015, quando o FCDRD impetrou denúncia à ONU em Carta Aberta, apelando para uma investigação independente do desastre de Mariana. O FCDRD apresentou nova denúncia aos organismos internacionais de direitos humanos, em 01 de abril 2016, na OEA, com pronunciamento de um ativista do FCDRD e do MNDH-ES, em Washington, contextualizando a mineração no país, enfatizando a dimensão do desastre e de seus impactos ambientais e humanos, e denunciando o modelo de governança do desastre das empresas responsabilizadas. Simultaneamente à denúncia na OEA, foi realizado a vigília e ato público “1º de abril: dia das mentiras da Samarco”, em frente à sede do governo estadual, em Vitória. Um ano depois, em 28 de novembro 2017, uma ativista do MAB expressou seu depoimento no Conselho de Direitos Humanos da ONU, compondo a denúncia formalizada pela Conectas Direitos Humanos.

Nestas ações multiescalares o papel das ONGs internacionais de direitos humanos como a Justiça Global e a Conectas Direitos Humanos foi fundamental na articulação dos atores e na coordenação da ação coletiva voltada à nacionalização e à internacionalização da causa. Resta mencionar a

⁸ Dentre outras ações judiciais, a ACP da União, governo de Minas Gerais e do Espírito Santo contra a Samarco (2015), e a ACP do Ministério Público Federal (2016) que criminaliza as mineradoras responsabilizadas pelo desastre socioambiental, da qual participa o MAB. Vide: Dornelas et. alli (2016).

⁹ No período de novembro de 2015 a setembro de 2016 foram realizadas 14 audiências públicas de atingidos, distribuídas nos municípios de Vitória, Colatina, Baixo Guandu e Linhares.

experiência pregressa do MNDH-ES, o qual compõe o FCDRD, que “se conectam a redes transnacionais de direitos humanos, viabilizando a atuação multiescalar, aos moldes de um ‘ativismo além das fronteiras’” (Carlos 2019, 18).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou argumentar que a conjuntura crítica do desastre produziu mudanças na ação coletiva ao longo do tempo, que caracterizam processos de inovação organizacional. As transformações na ação coletiva se expressam na emergência de novos ativistas, organizações e movimentos sociais, impulsionando o ativismo civil. A expansão do associativismo seguiu a tradição associativa local, territorializando as organizações emergentes para conferir-lhes maior capilaridade. Mas inovou no formato organizacional dessas. Mesclando com as associações previamente existentes, a emergência de novas organizações e movimentos sociais no pós-desastre diversificam a composição do associativismo tradicional de bases territoriais e corporativas.

Neste processo, movimentos sociais exerceram a função de incubadoras para o movimento social contencioso, estimulando e apoiando a formação de grupos sem recursos e politicamente marginalizados, indo além do papel tradicional de aliados, agindo na formação organizacional e identitária de ativistas e organizações nos territórios atingidos. As incubadoras ao criar e organizar novos movimentos, reconstrói clivagens políticas e reorienta a contestação política.

Por fim, a inovação organizacional é representada pela variedade de repertórios de confronto acionados pelos atores coletivos, no bojo de interações conflituosas entre sociedade civil, governos e corporações. A combinação entre repertório extrainstitucional e institucional amplia as possibilidades de negociação, no contexto de restrições à participação dos atingidos na governança do desastre. Inclusive a adoção de estratégia multiescalar de nacionalização e internacionalização da causa, através da articulação da rede de ativismo interfronteiriça, acionada diante de restrições políticas na arena doméstica. Caberá a estudos futuros investigar a capacidade de influência política destas mobilizações e formatos de ação coletiva sobre o processo decisório.

7 REFERÊNCIAS

- ABBY, P.; WAHLSTRÖM, M. Repression. The governance of domestic dissent. In Donatella Della Porta; Mario Diani (Eds). **The Oxford Handbook of Social Movements**. Oxford Press, p. 635-652, 2015.
- BANASZAK, L. A. **The Women’s Movement Inside and Outside the State**. 2010.

CARLOS, E. **Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

CARLOS, E. A construção de encaixes institucionais e domínio de agência no movimento popular urbano: mecanismos e configurações. In: Gurza Lavalle, A.; Carlos, E.; Dowbor, M.; Szwako, J. **Movimentos sociais e institucionalização.** Políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 165-209, 2019.

CARLOS, E. Efeitos dos movimentos sociais na política pública de direitos humanos. **Anais... XXXVII Congress of the Latin American Studies Association LASA, Boston, USA, Mai., 2019.**

CLEMENS, E. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação na política dos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 3 (jan-julho), p. 161-218, 2010.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Desastre do rio Doce completa três anos sem avanços significativos**, 2018. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/desastre-do-rio-doce-completa-tres-anos-sem-avancos-significativos>. Acesso em 03/06/2019.

DORNELAS, R.S.; Lima, L.B.; Zanutelli, A.G.C.; Amaral, J.P.P; Castro, J.S.; Dias, T. Ações Cíveis Públicas e Termos de Ajustamento de Conduta no caso do desastre ambiental da Samarco: considerações a partir do Observatório de Ações Judiciais. In: Milanez, B.; Losekann, C. (Orgs.) **Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição.** Rio de Janeiro: Folio digital: Letra e imagem, 2016.

DOWBOR, M. **A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006).** Tese de Doutorado (Ciência Política), FFLCH/USP, 2012.

FERREIRA, S. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: Milanez, B.; Losekann, C. (Orgs.) **Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição.** Rio de Janeiro: Folio digital: Letra e imagem, 2016.

HOUTZAGER, P. **Os últimos cidadãos.** Conflito e Modernização no Brasil Rural. SP: Globo, 2004.

KECK, M.; SIKKING, K. **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Cornell University Press, 1998.

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. **Rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billiton) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES).** Relatório de pesquisa. Geppedes. Vitória: UFES, Abril, Mimeo, 2017.

LOSEKANN, C. **Impactos socioambientais no Espírito Santo da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco.** Relatório preliminar. Organon. Vitória: UFES, Nov./Dez. Mimeo, 2015.

MAHONEY, J. THELEN, K. **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SOUZA, L.A.M.; CARLOS, E. Políticas públicas e mobilização social no contexto do desastre no Rio Doce. **Redes**, Revista do Desenvolvimento Regional, 2019.

TARROW, S.; TILLY, C.; McADAM, D. **Dynamics of contentiousness.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.



TILLY, C. **Contentious performances**. Cambridge University Press, 2008.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde Social**. São Paulo, V.19, n.4, p.748-762, 2010.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **RBCS**, Vol. 23, n. 68, out., p. 97-107, 2008.

ZORZAL, M.; CAYRES, D.; SOUZA, L.A.M; Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: o caso da barragem de Fundão – MG. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, 2019.